

CORREIO
ECONÔMICO

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Rendimento cresce 2,8% em 1 ano e chega a R\$ 3.738

Desemprego no 2º trimestre é 5,4%, o menor registrado no período

A taxa de desemprego no segundo trimestre ficou em 5,4%, atingindo o menor nível já registrado desde 2012, quando começa a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. O resultado representa queda em relação ao primeiro trimestre do ano (6,1%) e na comparação com o mesmo período de 2025, quando estava em 5,8%.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (30) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No segundo trimestre, o Brasil atingiu o número de 103,1 milhões de pessoas ocupadas, cerca de 1,081 milhão a mais que no primeiro trimestre. Esse patamar é o maior já registrado em qualquer período da Pnad. Já o número de desocupados era de 5,9 milhões, o que representa 10% (718 mil pessoas) a menos que no primeiro trimestre.

BC: juros das famílias chegam a 64% ao ano

As Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta quinta-feira (30) pelo Banco Central (BC) mostram que os juros cobrados das famílias continuam altos, assim como a inadimplência e o comprometimento da renda.

A taxa média de juros do crédito livre às pessoas físicas alcançou 64% ao ano em junho, com alta de 1,2 ponto percentual (p.p.) no mês e de 4,6 p.p. em 12 meses. Segundo o BC, pesou principalmente o aumento das taxas do crédito pessoal não consignado, que subiram 7 p.p. no período.

ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Endividamento alcançou 49,8% em maio

Arrecadação federal cresce 7,7% em junho

A arrecadação das receitas federais alcançou R\$ 264,4 bilhões em junho deste ano, com crescimento real de 7,7% em relação ao mesmo mês de 2025, já descontada a inflação. No acumulado do primeiro semestre, as receitas somaram cerca de R\$ 1,587 trilhão, avanço real de 6,6% na comparação com os seis primeiros meses do ano passado.

Segundo a Receita Federal, do total arrecadado em junho, R\$ 255,3 bilhões correspondem às receitas administradas pela Receita Federal.

IGP-M tem queda de preços de 1,16% em julho

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), teve deflação (queda de preços) de 1,16% em julho deste ano. Essa é a segunda queda consecutiva do indicador, que já havia recuado 0,50% em junho. Apesar das quedas, o indicador acumula inflação no ano (2,08%) e nos últimos 12 meses (2,76%). Em junho deste ano, o IGP-M acumulava inflação de 3,16% em 12 meses.

Prévia da inflação I

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) foi de 0,06% em julho, ficando 0,35 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de junho (0,41%). No ano, o IPCA-15 acumula alta de 3,51% e, em 12 meses, de 4,52%, abaixo dos 4,80% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em julho de 2025, o IPCA-15 foi de 0,33%.

Prévia de inflação II

Dos nove grupos pesquisados, Habitação foi o de maior de variação e impacto (0,97% e 0,15 p.p.), em oposição à Alimentação e bebidas, grupo com a menor variação e impacto (-0,66% e -0,15 p.p.).

Os demais grupos ficaram entre a queda de 0,33% de Vestuário e a alta de 0,28% de Saúde e cuidados pessoais.

R\$ 13 bilhões do FGTS I

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou, na terça-feira (28), a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para a distribuição de R\$ 13.042.511.777,08 do resultado positivo do Fundo referente ao exercício de 2025. Valor corresponde a 89% do lucro apurado no período, de R\$ 14,7 bilhões.

R\$ 13 bilhões do FGTS II

O crédito representa um acréscimo de 1,87% na rentabilidade das contas, calculado proporcionalmente ao saldo existente em 31 de dezembro de 2025. Com a distribuição, a rentabilidade total das contas no ano alcança 6,90% (TR + 3% ao ano + distribuição), superando a inflação medida pelo IPCA em 2,53 pontos percentuais.

Consultas aos EUA I

O Brasil apresentou, nesta segunda-feira (27/7), pedido de consultas aos Estados Unidos (EUA) no âmbito do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O pedido refere-se a duas medidas tarifárias adotadas pelos EUA sob a Seção 301 da sua Lei de Comércio de 1974.

Consultas aos EUA II

A primeira, resultante de investigação específica sobre o Brasil, impôs tarifa adicional de 25% e examinou atos, políticas e práticas relacionados a comércio digital e serviços de pagamentos eletrônicos, tarifas preferenciais, aplicação da legislação anticorrupção, proteção da propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e desmatamento ilegal.



O resultado representa aumento em relação ao mesmo mês de 2025

Governo Central tem déficit de R\$ 48,2 bilhões em junho

Resultado negativo no semestre chega a R\$ 92,2 bilhões

Da Redação

Os gastos com saúde e Previdência fizeram o Governo Central registrar déficit primário de R\$ 48,2 bilhões em junho, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (30) pelo Tesouro Nacional.

O resultado representa aumento em relação ao mesmo mês de 2025, quando o saldo negativo foi de R\$ 44,2 bilhões, e é o maior déficit registrado para o mês desde 2023, em valores corrigidos pela inflação.

O Governo Central reúne as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. O resultado primário considera apenas receitas e despesas do governo, sem incluir os gastos com juros da dívida pública.

Nos últimos 12 meses, o déficit acumulado chegou a R\$ 144,1 bilhões, o equivalente a 1,08% do Produto Interno Bruto (PIB).

COMO FICOU

O resultado de junho foi formado por:

- Tesouro Nacional: déficit de R\$ 2,45 bilhões;
- Previdência Social: déficit de R\$ 50,47 bilhões;
- Banco Central: déficit de R\$ 155 milhões.

O maior impacto negativo

continuou vindo da Previdência Social, cujas despesas superaram as receitas do sistema.

O QUE É DÉFICIT?

O resultado primário mede a diferença entre tudo o que o governo arrecada e tudo o que gasta, sem considerar os juros da dívida pública.

Quando as receitas são maiores que as despesas, há superávit. Quando os gastos superam a arrecadação, há déficit.

Esse indicador é acompanhado de perto porque mostra a capacidade do governo de manter as contas públicas equilibradas.

Entre janeiro e junho, o Governo Central acumulou déficit de R\$ 92,2 bilhões.

O resultado é superior ao déficit de R\$ 11,3 bilhões observado no mesmo período de 2025.

No semestre, o saldo foi composto por:

- Superávit do Tesouro Nacional: R\$ 144,3 bilhões;
- Déficit da Previdência Social: R\$ 236,2 bilhões;
- Déficit do Banco Central: R\$ 324 milhões.

Apesar do resultado negativo, a arrecadação aumentou em junho. A receita líquida do Governo Central somou R\$ 195,2 bilhões, alta de 10,3% acima da inflação sobre o mesmo mês de 2025.